

- "As medidas especiais de Contratação e a Revisão do Código dos Contratos Públicos de 2021", realizada pela Ordem dos Advogados, em novembro de 2021;
- "E-Curso de Legística", realizada pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, junho de 2020;
- "Contratos públicos: Grandes questões no contexto da Crise Covid-19", realizada pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, maio de 2020;
- "Contratação Pública à luz do Código dos contratos públicos revisto - Entidade Adjudicantes", realizada JM - Madeira, janeiro de 2018;
- "Código da Contratação Pública", realizada pela QVO Legis, Unipessoal, Lda., dezembro de 2017;
- "Contratação Pública e Contencioso Pré-Contratual - À Luz do Código dos Contratos Públicos Revisto", setembro de 2017;
- Participação na conferência internacional de encerramento do curso da pós-graduação sobre "*International Conference on Adapting to Climate Change - ACC2016*", junho de 2016;
- "Os atuais Códigos do Procedimento Administrativo dos Contratos Públicos e do Processo nos Tribunais Administrativos", realizada pela Direção Regional da Administração Pública, março de 2016;
- "Código dos Contratos Públicos", realizada pela Direção Regional da Administração Pública, maio de 2011;
- "Sensibilização em Combate a Incêndios com Extintores", realizada pela Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, outubro de 2010;
- "Acordos Quadro e Centrais de Compras no Contexto do CCP", realizada pelo Instituto Nacional de Administração (INA), abril de 2010;
- "Apresentação do Código dos Contratos Públicos", realizado pela empresa Consulgal - Consultores de Engenharia e Gestão, S.A., julho de 2008;
- "Novo Código da Contratação Pública: As Grandes Mudanças", realizado pela Associação de Comércio e Indústria do Funchal (ACIF), junho de 2008;
- "Análise Prática do Código dos Contratos Públicos", realizada pela NPF - Pesquisa e Formação, novembro de 2007;
- "Conferência o Novo Regime da Contratação Pública no Código dos Contratos Públicos", realizada pela NPF - Pesquisa e Formação, novembro de 2007;
- "Colóquio a Nova Reforma do Tribunal de Contas", realizada pelo Centro de Estudos para o Desenvolvimento Regional e Local, outubro de 2006;
- "A Gestão Privada de Serviços Públicos: Modelagem de Parcerias Público/Privadas", realizada pelo INA, junho de 2006;
- "Curso de Especialização em Expropriações por Utilidade Pública", realizada pelo Instituto Fundos Comunitários, maio de 2006;
- "O Contencioso Administrativo - Aspectos Práticos", realizada pelo INA, março de 2006;
- "Código do Trabalho", realizada pela ACIF, março de 2005;
- "Despesas e Obras Públicas - do Aviso à Adjudicação", realizada pelo INA, abril de 2005;
- "Recursos em Processo Civil", março de 2004;
- "Justiça e Comunicação Social", março de 2004;
- "O Estado da Justiça", março de 2004;
- "O Novo Código do Trabalho", março de 2004;
- "Dissentimento na relação entre o médico e o paciente", fevereiro de 2004;
- "Transformações do Direito da Família", fevereiro de 2004;
- "A Guerra civil nas estradas portuguesas", janeiro de 2004;
- "Avaliação e reparação dos danos corporais em direito civil", janeiro de 2004;
- "Novo Processo do Contencioso Administrativo", novembro de 2003;
- "A Reforma da Acção Executiva", junho de 2003;
- "Mediação em Processo Tutelar Educativo", junho de 2003;
- "O Crime de Intervenções Cirúrgicas e Tratamento Médico-Cirúrgicos Arbitrários", março de 2003;
- "Novos Desafios para o Direito do Trabalho", março de 2003;
- "Anulação de Actos Administrativos Lesivos - Regime Actual e Regime Futuro", fevereiro de 2003;
- "A Reforma do Código Civil no Livro das Sucessões", fevereiro de 2003;
- "O Regime Fiscal das Fundações", janeiro de 2003;
- "Os Prazos em Processo Civil", janeiro de 2003;
- "Congresso da Justiça", abril de 2003;
- "Seminário sobre a Análise das Novas Tecnologias", novembro de 2002.

SECRETARIA REGIONAL DE SAÚDE E PROTEÇÃO CIVIL

Despacho n.º 444/2022

Sumário:

Designa, em comissão de serviço, o Dr. Antonino Natividade Pacheco Júnior, Assistente da Carreira Especial Médica na área de exercício profissional de Medicina Geral e Familiar, pertencente ao mapa de pessoal do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, EPERAM, na qualidade de Delegado de Saúde Adjunto, com funções de mera substituição, nas ausências e/ou impedimentos dos Delegados de Saúde dos respetivos Municípios da Calheta e da Ponta do Sol.

Texto:

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto Legislativo Regional n.º 9/2013/M, de 19 de fevereiro, diploma que estabelece as regras de designação, competências e funcionamento das entidades que exercem o poder de autoridade de saúde na Administração Regional Autónoma da Madeira e adapta o Decreto-Lei n.º 82/2009, de 2 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 135/2013, de 4 de outubro, objeto da Declaração de Retificação n.º 51/2013, de 3 de

dezembro, conjugado com a alínea b) do n.º 2 e alínea a) do n.º 3 do artigo 2.º, n.º 1 do artigo 4.º, e n.º 1 do artigo 10.º, todos do Decreto Regulamentar Regional n.º 41/2020/M, de 9 de outubro, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2021/M, de 25 de fevereiro, e do Despacho n.º 97/2014, de 6 de junho, do então Secretário Regional dos Assuntos Sociais, publicado no JORAM, II Série, n.º 106, de 11 de junho, e ainda da alínea b) do n.º 4 do Despacho Normativo n.º 4/2005, de 18 de abril, dos então Secretários Regionais do Plano e Finanças e dos Assuntos Sociais, publicado no JORAM, I Série, 2.º Suplemento, n.º 36, de 19 de abril de 2005, sob proposta do Diretor Regional da Saúde, determino o seguinte:

1. Designar em comissão de serviço, o Dr. Antonino Natividade Pacheco Júnior, Assistente da Carreira Especial Médica na área de exercício profissional de Medicina Geral e Familiar, pertencente ao mapa de pessoal do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, EPERAM, na qualidade de Delegado de Saúde Adjunto, com funções de mera substituição, nas ausências e/ou impedimentos dos Delegados de Saúde dos respetivos Municípios da Calheta e da Ponta do Sol.
2. A presente nomeação é feita pelo período de três anos e produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2023.

Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil, no Funchal, aos 12 dias do mês de dezembro de 2022.

O SECRETÁRIO REGIONAL DE SAÚDE E PROTEÇÃO CIVIL, Pedro Miguel de Câmara Ramos